



Rua Farnésio Paim Pamplona, nº. 61, centro, CEP nº. 37.926-000
Fone/Fax: (0xx37) 3355-1278
Adm.: 2021/2024

**PARECER EM CONJUNTO DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO FINAL E FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 010 / 2023, DE 28 DE
NOVEMBRO DE 2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO,
QUE “AUTORIZA A MAJORAÇÃO DO LIMITE DE ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO
DO MUNICÍPIO DE DORESÓPOLIS/MG PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

I – Relatório Compartilhado

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, propõe Projeto de Lei para majoração em 15% (quinze por cento) do limite para abertura de créditos adicionais suplementares ao Orçamento do Município de Doresópolis, passando dos 25% aprovados no orçamento de 2023 (Lei Municipal nº. 936 de 13 de dezembro de 2022), para 40% no total, utilizando dos recursos de que trata o art. 43 §§ e incisos da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Na mensagem de encaminhamento foi solicitada tramitação em regime de urgência especial, bem como sustentado a necessidade deste para cumprir com as obrigações da folha de pagamento e demais encargos dos servidores até o mês de dezembro de 2023.

Também foi frisado que a medida busca adequação orçamentária, com realocação de dotações, cujos recursos estão disponíveis.

O projeto está na pauta da 7ª Reunião Extraordinária marcada para o dia 05 de dezembro de 2023, às 19:00hs.



Rua Farnésio Paim Pamplona, nº. 61, centro, CEP nº. 37.926-000
Fone/Fax: (0xx37) 3355-1278
Adm.: 2021/2024

II – Voto do Relator da CFO

O art. 80, *caput*, do regimento Interno da Câmara Municipal, dispõe que a comissão de Finanças e Orçamento opina, obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente sobre diretrizes orçamentárias, nos termos do inc. II, do dispositivo citado.

O projeto se encontra dentro do ordenamento jurídico em vigor, de acordo com os artigos 40 e 41 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, adiante:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

A legislação é clara quanto à autorização legislativa para majoração do limite de abertura de créditos suplementares, neste sentido dispõe o art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, *in verbis*:

“Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.”

Por fim, para majorar o limite de abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento de 2023, no importe de 15%, é necessário a disponibilidade de recursos e limite da abertura pleiteada, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e art. 167, incisos V e VII da CRFB/1988, *in verbis*:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)



CÂMARA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 05.608.436/0001-81



Rua Farnésio Paim Pamplona, nº. 61, centro, CEP nº. 37.926-000
Fone/Fax: (0xx37) 3355-1278
Adm.: 2021/2024

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação;(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)(Vide Lei nº 6.343, de 1976)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.(Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

Art. 167. São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

(...)

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

Quanto a redação do Projeto apresentado, a mesma está dentro dos padrões e bom vernáculo.

Para o exercício financeiro de 2023 (Lei Municipal nº. 936 de 13 de dezembro de 2022 - LOA), foi estimada a receita e fixada a despesa do Município de Doresópolis em R\$25.500.000,00 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais), subdividida a despesa por órgãos e funções da administração pública.

A suplementação de 15% (quinze por cento) desse valor corresponde ao remanejamento de recursos entre setores (dotações) no importe de R\$3.825.000,00 (três milhões, oitocentos e vinte e cinco mil reais).

Com relação a necessidade do projeto, no mérito, como relator, entendo que a execução do orçamento é de obrigação do chefe do Poder Executivo, que deve propor adequações para viabilizar seus compromissos, cabendo ao



CÂMARA MUNICIPAL DE DORÉÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 05.608.436/0001-81



Rua Farnésio Paim Pamplona, nº. 61, centro, CEP nº. 37.926-000
Fone/Fax: (0xx37) 3355-1278
Adm.: 2021/2024

plenário sua análise, deliberação e aprovação, considerando as razões constantes na exposição de motivos.

Ante o exposto, sou pela juridicidade e legalidade do Projeto de Lei proposto pelo Poder Executivo, com liberação para sua tramitação na 7ª Reunião Extraordinária de 2023.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2023, às 18:00hs.

Relator: _____

Ofenil Rodrigues de Oliveira

EM BRANCO



CÂMARA MUNICIPAL DE DORESÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 05.608.436/0001-81




Rua Farnésio Paim Pamplona, nº. 61, centro, CEP nº. 37.926-000
Fone/Fax: (0xx37) 3355-1278
Adm.: 2021/2024

III – Voto do Relator da CLJRF

O art. 79, § 3º, do regimento Interno da Câmara Municipal, dispõe que a comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade.

Acompanho o relatório e o voto do relator da Comissão de Finanças e Orçamento e voto pela juridicidade e legalidade do projeto conforme foi apresentado, sendo o mérito da matéria a ser discutido, deliberado e aprovado pelo plenário.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2023, às 18:00hs.

Relator:  _____

Ofenil Rodrigues de Oliveira





Rua Farnésio Paim Pamplona, nº. 61, centro, CEP nº. 37.926-000
Fone/Fax: (0xx37) 3355-1278
Adm.: 2021/2024

RESULTADO DA VOTAÇÃO

As Comissões de Finanças e Orçamento e Legislação, Justiça e Redação Final, em sessão datada de 05 de dezembro de 2023, às 18:00hs, por unanimidade, opinaram pela constitucionalidade e aprovaram o Projeto de Lei de nº 10 / 2023, de 28 de novembro de 2023, de Autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a majoração do limite de abertura de Créditos Adicionais Suplementares ao Orçamento do Município de Doresópolis/Mg para o Exercício Financeiro de 2023 e dá outras providências”.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2023.

EM BRANCO

De acordo com o relator: _____ 

Deborah das Dores Leonel Moreira

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

De acordo com o relator: _____ 

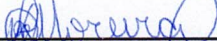
Pedro Costa Neto

Membro

De acordo com o relator: _____ 

Antônio José de Moraes Filho

Presidente da Comissão Legislação, Justiça e Redação Final

De acordo com o relator: _____ 

Deborah das Dores Leonel Moreira

Membro